



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO 010/2023

PROCESSO 23443.001270/2023-29

1 - DA IMPUGNAÇÃO

A empresa **OI S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 76.535.764/0001-43, apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, que tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM NUVEM (PAAS, IAAS E SAAS)**, alegando em síntese:

2.1 DOS FATOS

Ao realizar a disponibilização do edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023, a administração:

1 - Deixou de considerar a alternatividade concedida pela lei para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, requer-se a modificação do item em comento, nos termos da fundamentação supra, para que seja possibilitada a alternatividade de comprovação desse requisito através do capital social.

2 - Que o Edital e seus anexos não preveem a possibilidade de pagamento através de fatura com código de barras.

2 - DA TEMPESTIVIDADE.

A impugnação está descrita no item 22 do Edital do PE 10/2023, onde dispõe:

Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Data limite para impugnação: 12 de dezembro de 2023.

A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licita@ifam.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço av. Ferreira pena n 1109 Bairro: Centro Manaus/AM 69025-010, seção protocolo.

Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**

seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

Se acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A impugnação foi recebida no e-mail licita@ifam.edu.br no dia 12 de dezembro de 2023.

Assim, verificada a tempestividade e preenchidos os demais requisitos de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito.

3 - DO MÉRITO.

Inicialmente, cabe esclarecer que a análise do requisito de admissibilidade da referida impugnação deverá ser considerada.

Quanto as questões citadas acima pelo licitante impugnador, esta autoridade analisou o Edital e seus anexos constatou que realmente não procedem os argumentos e que não ferem a alguns princípios norteadores dos certames licitatórios. Neste caso, resta claro que a administração tem a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ou seja, a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito.

Vale ressaltar que a exigência acima descrita é exigida somente se os índices analisados no balanço estiverem abaixo de 1(um), nesse caso para analisar a saúde financeira da empresa, Capital Social não afere isso. Veja o item do edital:

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Em relação que o Edital e seus anexos não preveem a possibilidade de pagamento através de fatura com código de barras, não haverá problemas com a apresentação da Nota Fiscal nestes moldes, sendo perfeitamente aceitável a apresentação da fatura em código de barras ou em outro formato desde que sejam em conformidade com a legislação vigente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**

IV – DA DECISÃO

Conforme o artigo 164 da Lei 14.133/2021 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Diante do exposto, este Pregoeiro decide por não acolher a impugnação apresentada pela empresa **OI SA**, inscrita sob o CNPJ nº 76.535.764/0001-43, permanecendo os termos do edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

Deverá o resultado deste julgamento:

- 1) ser juntado aos autos do processo administrativo;
- 2) ser o impugnante comunicado via e-mail;
- 3) ser divulgado no Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras> e no Portal do IFAM – <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/licitacoes/pregao-eletronico-10-2023-1/pregao-eletronico-10-2023> para conhecimento dos demais interessados.

Manaus, 14 de dezembro de 2023.


MARIVALDO DA CRUZ SOARES
Pregoeiro do IFAM